



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Loucura, gênero e sexualidade nas controvérsias do campo dos saberes e práticas psicológicas

Autoria: Maria Carolina de Araujo Antonio (UEL - Universidade Estadual de Londrina)

O presente artigo aborda a controvérsia resultante de uma liminar judicial que buscava tornar legítima a terapêutica de ?reversão sexual? e o posicionamento contrário do Conselho Federal de Psicologia. Observa-se no conflito entre psicólogos contra e a favor da liminar, a operacionalização de argumentos explicativos da causa/origem da homossexualidade que atualizam dicotomias como indivíduo versus sociedade, corpo versus alma, natureza versus cultura, normal versus patológico. O apoio da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, ao grupo Psicólogos em Ação, que associa profissionais que defendem a chamada ?cura gay?, expõe de maneira direta técnicas e saberes de governamentalidade dos corpos/sujeitos associados a esquemas ideológicos e biopolíticos. O entrelaçar de gênero, sexualidade e psicopatologias acompanha os processos de patologização de identidades, de grupos sociais, de práticas erótico-sexuais e afetivas, de corpos, de subjetividades, reproduzindo categorias e convenções de gênero e sexualidade derivadas da racionalidade médica. A partir de uma revisão teórica em torno dos saberes e práticas psi, problematiza-se a psicopatologização da sexualidade e das identidades de gênero presente nos manuais de categorias diagnósticas que orientam práticas clínicas. A proposta aqui, portanto, é apreender como regimes de verdade são construídos no campo da produção de conhecimento e das técnicas psi na associação entre gêneros, sexualidade e loucura.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: